

**UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ
CAMPUS DOIS VIZINHOS
CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO**

NATÁLIA OLIVEIRA LEITE

**JUVENTUDE E A SUCESSÃO FAMILIAR RURAL: DAS ABORDAGENS
TEÓRICAS AO TRABALHO EMPÍRICO EM COMUNIDADES RURAIS DO
ESTADO DO PARANÁ**

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

**DOIS VIZINHOS
2018**

NATÁLIA OLIVEIRA LEITE

**JUVENTUDE E A SUCESSÃO FAMILIAR RURAL: DAS ABORDAGENS
TEÓRICAS AO TRABALHO EMPÍRICO EM COMUNIDADES RURAIS DO
ESTADO DO PARANÁ**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em Educação do Campo da Universidade Tecnológica Federal do Paraná Campus Dois Vizinhos, como requisito parcial para obtenção do título de “Licenciada em Educação do Campo – Habilitação em Ciências da Natureza e Matemática”.

Orientador: Prof. Dr. Sidemar Presotto Nunes

**DOIS VIZINHOS
2018**

Dedico esse trabalho aos meus Pais José e Elvani, aos meus irmãos Natan e Gabriel, que estiveram sempre ao meu lado me apoiando ao longo dessa jornada que não foi fácil.

Agradecimentos

Agradeço primeiramente a Deus por ter me dado força, coragem e por me fortalecer todos os dias da minha caminhada.

Agradeço a minha família e ao Lucas, por estarem sempre ao meu lado me incentivando e apoiando, sem eles essa conquista não seria possível.

Agradeço ao meu orientador professor Sidemar pela sua disponibilidade, pela paciência em me ajudar organizar minhas ideias e por todas as contribuições que foram feitas para a realização desse trabalho.

Agradeço a todas as famílias das comunidades Linha Jacutinga e Gleba Dez que de alguma forma contribuí para a realização desse trabalho.

Resumo

O campo na região Sul do Brasil, assim como em outras regiões e países, vem perdendo população, envelhecendo e se masculinizando. Neste contexto se localiza a questão da permanência dos jovens no campo, principalmente daqueles oriundos de famílias com pouca terra. Para efeitos deste trabalho se desenvolveu pesquisa de campo em duas comunidades rurais com vistas a se compreender a problemática, por meio de observação e entrevistas com os jovens e suas famílias. Uma das comunidades é formada majoritariamente por proprietários de pequenas áreas de terra, que também são bastante declivosas, e outra possui estrutura fundiária desigual – grandes e pequenos proprietários. Conclui-se que é necessário se considerar o acesso à terra e a dinâmica do domínio do capital financeiro sobre a agricultura - que altera constantemente o que, quanto, quem e como se produz no campo - como elementos centrais para se compreender a sucessão familiar rural e as possibilidades de permanência dos jovens no campo.

Palavras-chave: capital financeiro; monopólios; estrutura fundiária; jovens rurais.

Abstract

The countryside in southern Brazil, as well as in other regions and countries, has been losing population, aging and masculinizing. In this context the question of the permanence of the young people, mainly those of families with little land. For the purposes of this study, research was developed in two rural communities to understand the problem through observation and interviews with young people and their families. One of the communities is formed mostly by small landowners, who are also very steep, and another has unequal land structure - large and small landowners. It is concluded that it is necessary to consider access to land and the dynamics of the domain of financial capital over agriculture - which constantly changes what, how much, who and how is produced - as central elements to understand the rural family succession and the possibilities of staying in the countryside.

Keywords: financial capital; monopolies; land structure; young people.

Sumário

1. Introdução	8
2. Referencial Teórico.....	10
2.1. O domínio do capital financeiro e a agricultura no Brasil	10
2.2. A estrutura fundiária brasileira	14
3. Resultados	20
3.1. Comunidade Linha Jacutinga - Dois Vizinhos, Paraná	20
3.2. Comunidade Gleba Dez – Moreira Sales, Paraná	24
4. Considerações Finais.....	30
Referências Bibliográficas	32

1. Introdução

É lugar comum nos trabalhos de pesquisa sobre a juventude realizados no Brasil a preocupação com a permanência dos jovens no campo, ao que se convencionou chamar de sucessão familiar rural, segundo Abramovay (2000) sucessão é a passagem da gerência do negócio e da capacidade de utilização do patrimônio para a próxima geração. Esses trabalhos são justificados em função da preocupação quanto ao esvaziamento do campo, do futuro da pequena produção e da produção de alimentos básicos no país.

Embora a produção agropecuária brasileira continue crescendo, possibilitada por um maior nível da divisão social do trabalho e a elevação do grau de mecanização da maior parte das atividades agropecuárias, a redução no número de estabelecimentos agropecuários em regiões mais consolidadas, como é o Sul do Brasil (-15% entre 2006 e 2017, segundo o Censo Agropecuário), bem como no número de ocupações agrícolas, corrobora se tratar de uma questão concreta.

Ocorre, no entanto, que grande parte dos trabalhos de pesquisa estuda este problema não a partir das condições materiais concretas que contribuem para que os jovens permaneçam ou migrem, nem mesmo analisam estas possibilidades em função das mudanças que se opera na realidade agropecuária. Priorizam uma abordagem funcionalista - centrada na oposição cidade-campo, tal como proposta em Sorokin, Zimmerman e Galpin (1981) - ou culturalista, que identifica o patriarcalismo como a causa da não permanência dos jovens no campo, a partir do desenvolvimento da teoria weberiana norte-americana, como afirma Martins (1981). Outros, ainda, atribuem demasiada importância às opções de lazer e educação, sem levar em consideração o conjunto de mudanças mais amplas em curso na sociedade.

Neste trabalho pretende-se analisar a sucessão familiar rural a partir da dinâmica imposta pelo capital financeiro, que constantemente altera as necessidades de capital na agricultura, ao mesmo tempo em que também cria e dissolve atividades agrícolas em função de seus objetivos, além de modificar a necessidade de trabalho vivo, por meio da mecanização, o que poderá ser verificado nos casos estudados.

Além da dinâmica do capital financeiro, outro aspecto considerado pelo presente trabalho é a estrutura fundiária. De acordo com o Censo Agropecuário

2017, mais de 50% dos estabelecimentos agropecuários brasileiros possuem menos de 10 hectares de terra e a área média destes é 3,17 hectares. No Paraná 45% dos estabelecimentos possui até 10 ha e a área média destes é de aproximadamente 4,2 ha. Dado o tipo de agricultura desenvolvida no país, voltada à produção para exportação de grãos, além da elevação do grau de mecanização que reduz a necessidade de trabalho – é possível afirmar que áreas deste tamanho são insuficientes para a permanência de jovens no campo.

É neste contexto que se inserem as duas comunidades rurais estudadas: a Linha Jacutinga, localizada no município de Dois Vizinhos, Sudoeste do estado do Paraná; e a Gleba Dez, localizada no município de Moreira Sales, região Centro Ocidental do Paraná. A primeira comunidade é formada por pequenos proprietários de terra, enquanto a segunda possui uma estrutura fundiária desigual, com a presença de pequenos e grandes proprietários de terra.

O trabalho teve como objetivo analisar como os dois fatores acima elencados interferem nas possibilidades de os jovens permanecerem no campo. Para efeitos deste trabalho foram considerados jovens aqueles com idade entre 18 e 29 anos, conforme definido pelo Estatuto da Juventude, o que, para a região pesquisada, corresponde com a idade em que ocorre a migração em função do trabalho e estudos.

2. Referencial Teórico

2.1. O domínio do capital financeiro e a agricultura no Brasil

O capital financeiro é compreendido como uma nova fase do capitalismo. Segundo Medeiros (2017) o motor deste novo período é a união do capital bancário com os grandes grupos industriais, originando o capital financeiro. Vitalli, Gattfelder e Battiston (2011) concluíram que grandes corporações, em sua maioria instituições financeiras, controlavam cerca de 40% da rede de poder das empresas de capital aberto no mundo.

O capital financeiro vem fazendo com que vários setores da economia se modifiquem e um deles é a agricultura. Para Medeiros (2017), a última década do século XX e a primeira do século XXI viram o papel do capital financeiro avançar sobre a agricultura de forma intensa.

Nos últimos anos, a maior parte das empresas de capital nacional foi passando às mãos do capital financeiro internacional, de forma que agricultura brasileira atualmente é controlada por este capital (NUNES, 2015). Grande parte das empresas que foram adquiridas pelo capital internacional eram as principais representantes em seus setores. Para Medeiros (2017) essas compras tiveram por objetivo eliminar concorrentes e absorver seu conhecimento produtivo e dos mercados específicos, além de ser uma estratégia monopolista. Essas empresas passam a determinar o que será produzido, quem e quando. O campo passa a produzir para atender às suas demandas e objetivos.

Atualmente as indústrias que controlam a agricultura brasileira são quase na totalidade empresas sob o controle do capital financeiro internacional. Portanto um dos principais países agrícolas do mundo depende quase totalmente de empresas imperialistas/ monopolistas com sede nos Estados Unidos e Europa, para continuar produzindo (NUNES, 2015). Elas dominam as tecnologias e financiamentos para a agricultura, de forma que os mesmos grupos vendem e financiam. De acordo com Medeiros (2017) ainda mais importante que a pesquisa e desenvolvimento é a capacidade de difusão destas tecnologias.

Essas empresas vendem ao Brasil a genética de sementes e animais, bem como também as tecnologias utilizadas na produção de máquinas e

equipamentos agrícolas (além da própria fabricação), os fertilizantes e suprimento para nutrição dos animais. Controlam praticamente a totalidade das fases da produção.

Nunes (2015) apresenta no quadro a seguir as empresas estrangeiras, monopolistas/imperialistas, que controlam os principais setores da agricultura brasileira.

Setores	Empresas
Colheitadeiras	AGCO (Massey Ferguson e Valtra), CNH (Case e New Holland) e John Deere – 100% do mercado em 2014
Tratores	AGCO (Massey Ferguson e Valtra), CNH (Case e New Holland) e John Deere – 93% do mercado em 2014
Equipamentos agrícolas em geral e armazenagem de grãos*	AGCO (Massey Ferguson, Valtra, Challenger, GSI, Agromarau, Integra-Pro, Kepler Weber), CNH (Case, New Holland, Steyr).
Fertilizantes	Yara, Mosaic, Nutrien (75% dos fertilizantes são importados)
Sementes e biotecnologia	Dow/DuPont (Pioneer, Morgan), Nidera, Bayer (Monsanto), Limagrain, ChemChina (Syngenta)
Agrotóxicos	Dow/Dupont; Bayer, Basf, ChemChina (Syngenta)
Genética de aves	Cobb e Aviagen (Ross)
Genética de suínos	Genus (Agrocerec-Pic), DanBred, Seghers, Topigs Norsvin, Choice Genetics.
Genética de bovinos	Alta Genetics, Semex, Selected Sires, CRI-Genex, ABS/Gênus, CRV Lagoa.
Suprimentos para nutrição animal**	Basf, Cargill, Alltech
Industrialização/Processamento	Cargill, Bunge, Nestlé, Parmalat, Danone, Unilever, Kraft/Heinz, British American Tobacco, Mondeléz, Philip Morris, PepsiCo, Coca Cola, Tyson Foods.
Exportação de grãos	Bunge, Cargill, ADM e Louis Dreyfus
Financiamento agrícola	AGCO, CNH (CNH Capital), Cargill, Bunge, ADM
Varejo alimentar	Carrefour, WalMart, Pão de Açúcar

Quadro 01 – Empresas estrangeiras que controlam os principais setores da agricultura brasileira

Fonte: Nunes (2015).

O quadro acima permite visualizar que são poucas as empresas que controlam as tecnologias utilizadas na agricultura brasileira. O capital financeiro atua controlando direta ou indiretamente a produção agrícola. Promove rápidos processos de aquisições e fusões. Empresas chegam e vão embora rapidamente, de forma que são constituídas e dissolvidas com grande rapidez. No que se refere ao como produzir, modifica constantemente as necessidades

mínimas de capital para se ingressar ou permanecer na atividade agrícola (NUNES, 2015). A mecanização é uma de suas formas.

De acordo com Medeiros (2017), os últimos governos do país procuraram desenvolver políticas, principalmente por meio do financiamento público do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, para constituir monopólios brasileiros, como foi o caso dos grupos JBS e BRF. Ou seja, considerando que as empresas estrangeiras ganhavam força e adquiriam empresas de capital nacional, houve a tentativa de firmar algumas empresas de capital nacional no cenário internacional e sobreviver à ofensiva dos monopólios estrangeiros.

O aumento da mecanização que vem acontecendo no campo também é um processo que está ligado com o domínio de capital financeiro. Esse processo de mecanização da agricultura se desenvolveu no Brasil principalmente a partir dos anos 60. Esse processo vem fazendo com que a cada dia diminua o número de pessoas trabalhando na agricultura. Essa modernização na agricultura se desenvolve a partir da sua industrialização, impulsionada por incentivos governamentais (SILVA, 1993):

Ocorre, no entanto, que a mecanização agrícola é algo que continua se desenvolvendo. Entre os Censos Agropecuários de 2006 e 2017 o número de tratores cresceu cerca de 50% na agricultura, passou de 820.673 em 2006 para 1.220.634 em 2017, viabilizado pelo financiamento privado e do Estado. Estes tratores estavam distribuídos, segundo o Censo, em 733.997 estabelecimentos agropecuários (IBGE, 2018), o que revela que apenas 14,4% dos quase 5,1 milhões o possuíam. A utilização de tratores é um importante indicador do grau de mecanização, embora não o único.

De um lado, o campo está cada vez mais se modernizando, tornando o trabalho menos árduo, por outro, é grande o número de pequenos agricultores vendendo suas terras (CARA, 2012).

Isso vem acontecendo pelo fato de os pequenos agricultores, além de não possuírem terra o suficiente para viabilizar o acesso à mecanização, não possuem também incentivos para fazer melhoramentos, isso acaba acarretando na falta de competitividade no mercado com os grandes produtores, levando-os a vender suas propriedades. Por outro lado, a maior parte dos investimentos vai para o grande investidor, aquele que possui capital.

Esse domínio do capital financeiro também acarreta na concentração da produção agrícola em alguns produtos, principalmente naqueles destinados à exportação. Nos últimos anos a agricultura brasileira está centrada na produção de poucos produtos destinados à exportação (soja, milho, frango e carne bovina). A produção de soja no Brasil na safra de 2017/2018 segundo a Conab foi de 116 milhões de toneladas (dados atualizados em maio de 2018). Hoje o Brasil é o segundo maior produtor de soja no mundo. Entretanto o consumo interno da soja em grão foi de 59 milhões de toneladas, a exportação de soja em grão é de 68,1 milhões de toneladas, a exportação de farelo de soja 14,2 milhões de toneladas e a exportação de óleo de soja 1,3 milhões de toneladas (EMBRAPA, 2018).

Tabela 01- Produção e exportações de soja no Brasil em 2017/2018

	Quantidade (milhões de toneladas)
Produção	116
Consumo Interno	59
Exportação em grão	68,1
Exportação em farelo de soja	14,2
Exportação em óleo	1,3
Total das exportações	83,6
% Exportado sobre produzido	72

Fonte: Embrapa (2018).

Pelos dados pode se observar que a produção de soja é voltada principalmente para a exportação, isso sem considerar que grande parte do consumo de soja destinada à produção de carne também se destina à exportação. A soma do total exportado com o consumo interno é maior do que a produção possivelmente em função da comercialização dos estoques de anos anteriores.

Em relação à produção de milho, o Brasil é o terceiro maior produtor mundial. Segundo a Conab estima-se que a safra 2017/2018 a produção de milho seja de 88,6 milhões de toneladas. Em 2012 produziu cerca de 70 milhões de toneladas do grão e nas últimas safras se destaca em terceiro ou quarto maior exportador mundial do grão (EMBRAPA, 2012). O país também é um grande produtor mundial de carne bovina, respondendo por 16,3% a produção mundial (EMBRAPA, 2017).

Para a produção de grãos em grande escala, é cada vez maior a necessidade de novas tecnologias, de forma que cresce o uso de novos

produtos, como fertilizantes, agrotóxicos, sementes geneticamente modificadas e implementos agrícolas. No entanto, essas tecnologias se encontram sob o controle de poucos, que acabaram monopolizando o mercado brasileiro, como Nunes (2015) diz:

Na agricultura, além de atuarem na industrialização dos alimentos, produção de máquinas, venda de fertilizantes, controle genético, exportação de grãos e outros, as empresas imperialistas também respondem pelo financiamento, principalmente aos grandes produtores. Desta forma possuem o controle de todos os ramos da produção (NUNES, 2015, p.10).

Ou seja, o domínio dos principais ramos da agricultura brasileira por um grupo reduzido de corporações impõe o seu ritmo de desenvolvimento da técnica e das tecnologias, altera os níveis mínimos de capital necessário e modifica a quantidade de trabalho vivo necessário à produção agrícola. Desta forma a dinâmica imposta pelo capital financeiro contribui para modificar as possibilidades da permanência ou não dos jovens no campo.

2.2. A estrutura fundiária brasileira

Para melhor compreender a estrutura fundiária brasileira e estudá-la é preciso apresentar alguns conceitos. Um deles é o de estabelecimento agropecuário, que segundo o Censo Agropecuário (2017, p. 17):

É toda unidade de produção/exploração dedicada, total ou parcialmente, a atividades agropecuárias, florestais e aquícolas, independentemente de seu tamanho, de sua forma jurídica (se pertence a um produtor, a vários produtores, a uma empresa, a um conjunto de empresas etc.), ou de sua localização (área urbana ou rural), tendo como objetivo a produção, seja para venda (comercialização da produção) ou para subsistência (sustento do produtor ou de sua família).

É importante ressaltar que a área dos grandes proprietários é ainda maior em função de que estabelecimentos com áreas descontínuas, localizadas em municípios diferentes, ou que o trabalho é desenvolvido por equipes diferentes de trabalhadores, ou, ainda, que utilizam maquinários distintos, são considerados como estabelecimentos diferentes, mesmo que sob o controle do mesmo proprietário. Segundo o Censo Agropecuário:

As áreas não contínuas, exploradas por um mesmo produtor, foram consideradas como um único estabelecimento, **desde que** estivessem situadas no mesmo município, utilizassem os mesmos recursos técnicos (máquinas, implementos e instrumentos agrários, animais de trabalho etc.) e os mesmos recursos humanos (o mesmo pessoal), e, também, desde que estivessem subordinadas a uma única administração: a do produtor ou a do administrador (CENSO AGROPECUÁRIO, 2017, p. 12 – *grifos nossos*).

O conceito de estabelecimento agropecuário adotado pelo IBGE encobre a real estrutura fundiária, segundo a definição acima, pois é possível que uma mesma pessoa seja proprietária de diversos estabelecimentos, caso estes possuam áreas descontínuas, o que é comum para os grandes proprietários de terra no Brasil. O Grupo Bom Futuro, por exemplo, um dos maiores do país, com 520 mil hectares cultivados (Grupo Bom Futuro, 2018), possui terras em diferentes municípios e estados do país, de forma que a área total foi dividida pelo IBGE em muitos estabelecimentos, já que em 2010 o grupo possuía 86 fazendas, conforme divulgado em seu site na Internet.

O Brasil possui uma das estruturas fundiárias mais desiguais do mundo. De um lado poucos e grandes latifundiários que possuem grande porção de terras e de outro lado há um grande número de minifúndios com menos de 1 ha. Segundo dados preliminares do Censo Agropecuário do ano de 2017, o Brasil possui 606.923 estabelecimentos com menos de 1ha e que ocupam uma área de 277.534 ha e, por lado, temos apenas 2.400 estabelecimentos com mais de 10.000 ha onde se tem a área de 51.923.420 há, conforme os dados preliminares do Censo Agropecuário. Cerca de 50% dos 5,07 milhões de estabelecimentos agropecuários brasileiros possui menos de 10 ha.

O quadro a seguir mostra dados em relação à área dos estabelecimentos no país.

Grupo de Área	Números de Estabelecimentos	% total	Área (ha)	Área média (ha)
Menos de 1 ha	606.923	50	277.534	3,2
De 1 a menos de 10 ha	1.925.839		7.711.580	
De 10 a menos de 50 ha	1.595.966	31,5	36.854.205	23,0
De 50 a menos de 100 há	394.949	7,8	26.926.140	68,2
De 100 a menos de 500	365.452	7,2	74.164.629	203,0

há				
De 500 a menos de 10.000 ha	103.148	2,0	152.492.821	1.478,4
De 10.000 a mais ha	2.400	0,0	51.823.420	21.634,8
Produtores sem área	76.671	1,5		0,0
Total	5.071.348	100,0	350.253.329	73,0

Quadro 02: Grupo de área dos estabelecimentos agropecuários no Brasil em 2017

Fonte: Elaborado com base nos resultados do Censo Agropecuário 2017 – Resultados Preliminares

Essa estrutura desigual contribui para que os pequenos proprietários se inviabilizem, restando a possibilidade da venda ou arrendamento para produtores maiores. O estado do Paraná, segundo os dados preliminares do Censo Agropecuário 2017, possuía 371.063 estabelecimentos agropecuários em 2006 e em 2017 eram 305.115, uma redução de 17,8% em onze anos. Destes, 24.876 possuem menos de 1 ha, totalizando uma área de 10.975 ha e 115.378 possuem entre 1 e 10 ha, totalizando 584.951 ha. Portanto, os estabelecimentos de até 10 ha são cerca de 140 mil (45% do total) e possuem área média de 4,17ha. Apenas 35 estabelecimentos possuem mais de 10.000 ha, que juntos possuem 674.885 ha (área média de 19,2 mil ha).

O quadro a seguir mostra dados em relação à área dos estabelecimentos no estado do Paraná.

Grupo de Área (ha)	Números de Estabelecimentos	% total	Área (ha)	Área média (ha)
Menos de 1 ha	24.876	45,6	10.975	4,2
De 1 a menos de 10	115.378		584.951	
De 10 a menos de 50	118.847	38,9	2.624.203	22,1
De 50 a menos de 100	20.100	6,6	1.414.030	70,3
De 100 a menos de 500	20.441	6,7	4.382.882	214,4
De 500 a menos de 10.000	4.333	1,4	5.044.448	1164,2
De 10.000 a mais	35	0,01	674.885	19282,4
Produtores sem área	929	0,3		0,0

Total	305.115	100	14.736.374	48,3
-------	---------	-----	------------	------

Quadro 03: Grupo de área dos estabelecimentos agropecuários no estado do Paraná em 2017
 Fonte: Elaborado com base nos resultados do Censo Agropecuário 2017 – Resultados Preliminares

Por meio desses dados podemos perceber que no Brasil tem uma grande concentração de terras em mãos de poucos proprietários e, por outro lado, tem o tamanho reduzido da área de terra de grande parte dos agricultores familiares/camponeses.

O quadro a seguir mostra dados em relação à área dos estabelecimentos no município de Dois Vizinhos, Paraná.

Grupo de Área (ha)	Números de Estabelecimentos	% Total	Área (ha)	Área Media (ha)
Menos de 1 ha	203	10,8	93	0,46
De 1 a menos de 10	920	49,0	4.748	5,2
De 10 a menos de 50	625	33,2	13.140	21,0
De 50 a menos de 100	76	4,04	5.292	69,6
De 100 a menos de 500	48	2,5	9.114	189,9
De 500 a menos de 1.000	4	0,21	-	-
De 1.000 a menos de 10.000	0	0,0	-	-
De 10.000 a mais	0	0,0	-	-
Produtores sem área	4	0,21	-	-
Total	1.880	100	34.872	18,5

Quadro 04: Grupo de área dos estabelecimentos agropecuários do município de Dois Vizinhos, Paraná em 2017

Fonte: Elaborado com base nos resultados do Censo Agropecuário 2017 – Resultados Preliminares.

*Valor inibido para não identificar o informante.

De acordo com o quadro acima podemos verificar que o município de Dois Vizinhos é formado 60% com propriedades que possuem menos de 10 ha

de terras, onde possuem apenas 4.841 ha da área total de 34.872 ha. Em Dois Vizinhos os estabelecimentos que possuem mais área de terra são aqueles que estão entre 10 ha e menos de 50 ha, eles juntos totalizando 13.140 ha.

O quadro a seguir mostra dados em relação à área dos estabelecimentos no município de Moreira Sales, Paraná.

Grupo de Área (ha)	Números de Estabelecimentos	% Total	Área (ha)	Área Media (ha)
Menos de 1 ha	36	5	16	0,44
De 1 a menos de 10	359	49,6	1.999	5,6
De 10 a menos de 50	268	37	5.812	21,7
De 50 a menos de 100	26	3,6	1.791	68,9
De 100 a menos de 500	30	4,1	5.935	197,8
De 500 a menos de 1.000	2	0,28	-	-
De 1.000 a menos de 10.000	3	0,41	-	-
De 10.000 a mais	0	0,0	-	-
Produtores sem área	0	0,0	-	-
Total	724	100	26.817	37,0

Quadro 05: Grupo de área dos estabelecimentos agropecuários do município de Moreira Sales, Paraná em 2017.

Fonte: Elaborado com base nos resultados do Censo Agropecuário 2017 – Resultados Preliminares.

*Valor inibido para não identificar o informante.

Ao observamos o quadro acima podemos ver que igualmente ao município de Dois Vizinhos o município de Moreira Sales possui mais da metade de seus estabelecimentos com menos de 10 ha de terra, totalizando 54,6% dos estabelecimentos.

Podemos observar que assim com o Brasil os dois municípios estudados eles possuem uma estrutura fundiária desigual com mais de 50% de seus estabelecimentos com menos de 10 ha de terra. Entretanto o município de Moreira Sales tem sua estrutura fundiária muito desigual onde 719 estabelecimentos possuem 15.553 ha de terra (58% da área total) e apenas 5 estabelecimentos possuem 11.264 ha de terra (42% da área total).

O tamanho reduzido dos estabelecimentos é um fator que contribui para levar à migração da área rural para a área urbana, pois inviabiliza que todos os membros da família possam desenvolver atividades econômicas agrícolas em áreas muito reduzidas, principalmente quando a evolução da mecanização passa a exigir áreas e quantidade mínima de capital cada vez maiores.

As seções seguintes analisam, em função deste quadro, a realidade de das comunidades rurais localizadas no estado do Paraná e as possibilidades da permanência dos jovens no campo.

3. Resultados

3.1. Comunidade Linha Jacutinga - Dois Vizinhos, Paraná

A comunidade Linha Jacutinga está localizada no município de Dois Vizinhos, Sudoeste Paranaense. Os dados foram obtidos por meio de trabalho anterior desenvolvido pela autora (LEITE, 2017).

A comunidade é formada por pequenas propriedades. Foram realizadas entrevistas com 14 famílias e com informantes-chave. Elaborou-se um roteiro de entrevistas com o objetivo de levantar informações como: número de pessoas por família, tamanho das propriedades, atividades econômicas, acesso a políticas públicas (habitação rural, seguro Proagro, Pronaf, PAA e PNAE).

A história da comunidade está ligada com a Revolta dos Posseiros, pois quando seus primeiros moradores chegaram nela, por volta de 1948, vindos de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, estava ocorrendo as primeiras disputas por terra na região. Anos mais tarde se deu início à Revolta dos Posseiros.

A Revolta dos Posseiros aconteceu onde são atualmente os municípios de Capanema, Dois Vizinhos, Francisco Beltrão, Pato Branco, Pranchita, Santo Antônio do Sudoeste e Verê. Ela teve início nos anos de 1957 com a disputa pela posse das glebas Missões e Gleba Chopim. O governo implantou a CANGO (Colônia Agrícola Nacional General Osório) na região, em 1943, que era um projeto de incentivo de colonização, que tinha por objetivo intensificar a colonização com a vinda de Gaúchos e Catarinenses. Outra companhia colonizadora a CITLA (Clevelândia Industrial e Territorial LTDA) se instala na região na circunstância de herdeira das glebas (VORPAGEL, 2008, p.01).

Nessa época houve muitos conflitos na região entre as companhias e os colonos, essas companhias tinham jagunços contratados para serem corretores das terras, porém era comum eles fazerem outros serviços. Esse conflito foi marcado também pelo grande número de mortes (VORPAGEL, 2008, p.07).

A Revolta dos Posseiros é bastante conhecida pelo fato de os colonos saírem vitoriosos. Para conquistar a vitória eles se organizaram e entraram nos

escritórios das companhias e deram fim nos documentos que foram obrigados a assinar. Também expulsaram os jagunços e funcionários. Somente anos depois, a partir de 1962, que as terras foram tituladas pelo GETSOP (Grupo Executivo para as Terras do Sudoeste do Paraná).

Grande parte dos moradores que vinham para a comunidade eram oriundos do Rio Grande do Sul. Nos primeiros anos eram poucas as famílias, em 1948 eram apenas quatro. Quando eles chegaram onde hoje é a comunidade era tudo mata, alguns chegavam ao local e escolhiam um lote para sua família e parentes ou compravam de terceiros. Após fazer esse processo, eles voltavam para a sua cidade natal buscar a família e alguns bens materiais.

Quando voltavam ao local marcado estes posseiros começavam a trabalhar, derrubavam a mata para construção das casas e para plantações para o consumo da família. A produção do porco-safra se iniciou na comunidade nos anos 50, juntamente com o ciclo da madeira e com a produção de grãos (milho, feijão e arroz). Esse ciclo de produção durou até o final dos anos 70. Na década de 80 começou a produção de suínos em sistema fechado juntamente com a produção de grãos.

Nos anos 90 na comunidade se dá início a produção de fumo (fumicultura) e de bicho da seda (sericicultura). Nessa mesma década começa a organização dos agricultores em uma pequena associação que tinha como objetivo produzir alimentos derivados da cana (açúcar mascavo, cachaça entre outros). No final dos anos 90 e começo dos anos 2000 essas três atividades foram substituídas pela produção de leite. Assim como as anteriores, a atividade leiteira exigia pouco capital e bastante trabalho, além da possibilidade de “renda” mensal. Por esse motivo os agricultores migraram para atividade leiteira, que teve também bastante incentivo e investimentos de políticas públicas, e é uma atividade que atualmente está consolidada no mercado regional.

A comunidade é formada majoritariamente por pequenas propriedades e tem atualmente 38 famílias. Destas, 14 foram entrevistadas.

O quadro a seguir mostra alguns dados obtidos na comunidade Linha Jacutinga.

Estabelecimento	Família	Nº pessoas	Nº de jovens (18-29 anos)	Área (ha)	Atividades Econômicas	Pessoas com mais de 60 anos
1	1	5	1	33	Leite e grãos (soja)	0
2	1	6	0	116	Gado de corte	2
3	1	2	0	12	Leite e grãos (milho)	2
4	1	4	2	7	Leite e grãos (milho e soja)	0
5	1	4	2	111	Leite e grãos (soja e milho)	0
6	1	2	1	1	Produz alimentos somente para subsistência	1
7	1	3	0	25	Leite e grãos (soja)	2
8	1	3	0	5	Leite	3
9	1	2	0	17	Gado de corte	2
10	1	4	1	3	Leite, queijo e ovos	0
11	1	4	1	2	Arrenda a terra	0
12	1	3	0	Área cedida	Produz alimentos somente para subsistência	2
13	1	2	0	6	Produz alimentos somente para subsistência	2
14	1	2	0	8	Produz alimentos somente para subsistência	1

Quadro 06: Número de pessoas por família, tamanho da área de terra, atividades agrícolas e número de pessoas com mais de 60 anos entre as famílias entrevistadas na Linha Jacutinga. Fonte: Adaptado a partir Leite (2017).

Devido à restrição de área (grande parte possui áreas pequenas e os solos são bastante declivosos), apenas cinco das quatorze famílias possuem produção de grãos (soja e milho) em parte da área e nenhuma produz exclusivamente este tipo de produto agrícola. Sete produzem leite, duas gado de corte e quatro produzem apenas alimentos para subsistência. Praticamente todas as famílias produzem para a subsistência hortaliças, aves, frutas, feijão, suínos.

A área de terra dos estabelecimentos agropecuários 2 e 5 é bem superior à dos demais entrevistados, mas trata-se de terras bastante declivosas, em que grande parte é coberta por mata. Mesmo assim, são estes que possuem maiores possibilidades de permanência de jovens e onde já houve a sucessão, como é o caso do estabelecimento 2, onde convivem três gerações (avós, pais e filhos).

Nos dias atuais a comunidade é composta na sua grande maioria por famílias formadas apenas pelo casal, já que na sua grande maioria os filhos migraram em busca de emprego. Ainda há casos de pessoas idosas que decidiram voltar para o campo em busca de uma vida mais tranquila, segundo os entrevistados, por este motivo que 35% das propriedades são de pessoas com mais de 60 anos e que vivem da aposentadoria (LEITE, 2017).

Através desses dados podemos observar que o campo está cada vez mais envelhecendo, pelos seguintes fatores: saída dos jovens, mudança demográfica ocorrida no país e a expansão da política de previdência no campo que considerou os pequenos agricultores e trabalhadores rurais na condição de segurados especiais. Na comunidade atualmente são apenas 15 jovens residentes, dos quais oito foram entrevistados.

O quadro seguir mostra alguns dados obtidos na comunidade em relação aos jovens.

Famílias	Nº de jovens (18-29 anos)	Jovens que trabalham na propriedade	Jovens que trabalham na propriedade e tem sua própria atividade como fonte de renda	Jovens que somente residem na comunidade	Jovens que trabalham na propriedade em tempo parcial

1	1	1	0	0	0
2	0	0	0	0	0
3	0	0	0	0	0
4	2	1	0	1	1
5	2	2	0	0	0
6	1	0	0	0	0
7	0	0	0	0	0
8	0	0	0	0	0
9	0	0	0	0	0
10	1	1	1	0	1
11	1	0	0	0	0
12	0	0	0	0	0
13	0	0	0	0	0
14	0	0	0	0	0
Total	8	5	1	1	2

Quadro 07: Atividades realizadas pelos jovens da comunidade Linha Jacutinga.
Fonte: Leite (2017).

Apenas cinco jovens trabalhavam com sua família. Em muitos casos os jovens não recebem nenhum pagamento em dinheiro pelo trabalho realizado.

3.2. Comunidade Gleba Dez – Moreira Sales, Paraná

O município de Moreira Sales está localizado na região Centro Ocidental paranaense. Segundo o IBGE, no ano de 2010 a população de Moreira Sales era de 12.606 habitantes.

De acordo com a prefeitura municipal de Moreira Sales, em meados dos anos 40, a colonização da região centro ocidental se intensificou pelo encontro de dois movimentos de colonização: a expansão da cafeicultura vindo do norte paranaense e o movimento dos gaúchos e catarinenses vindos do oeste paranaense.

Na década de 1950 o senhor João Moreira Salles, comerciante, banqueiro fundador do Unibanco adquiriu terras na região. Ele tinha por objetivo colonizar sua própria fazenda e abrir parte dela para começar o plantio de café, já que ele era também uma grande comerciante do produto. Neste mesmo ano ele enviou alguns homens para região para realizar essas tarefas.

Quando os engenheiros começaram a divisão e comercialização das terras da região que está localizada o município, deu-se início ao projeto e a construção da cidade.

As informações obtidas nesse trabalho em relação a comunidade Gleba Dez foram através da vivência da autora na comunidade e em uma reunião realizada com os moradores.

Os primeiros moradores da região começaram a chegar por volta de 1950. Nessa época a paisagem era tudo mata. Para chegarem onde hoje é a comunidade vinham a cavalo, abrindo picadas (caminhos abertos no meio da mata).

Ao chegar ao local que desejavam derrubavam as árvores e em seguida já plantavam para o autoconsumo. No começo só vinham os homens, as mulheres e crianças ficavam em povoados próximos ou em Paraná d'Oeste (hoje distrito de Moreira Sales).

As casas eram todas construídas próximas às minas (nascentes de água), córregos ou rios. Essas casas eram construídas com as madeiras que eram derrubadas. As casas eram normalmente altas tanto por causa dos animais e por elas serem próximas dos rios, por medo das enchentes. Depois que estava tudo pronto o restante da família se mudava para a comunidade para começar os trabalhos no campo.

Nesta época as famílias produziam hortelã nas baixadas e proximidades dos rios e também plantavam café. Nos anos 50 e 60 no norte paranaense era grande a produção de café.

Em meados dos anos 60 chega à comunidade um senhor que bastante conhecido e temido na região. Ao chegar à comunidade ele percebeu que havia um grande número de famílias que viviam com posseiros em uma determinada área de terra que tinha 484 ha de terra, juntamente com o dessa época esse senhor prometeu para as famílias que ali moravam que eles iriam conseguir as escrituras de suas propriedades, entretanto ele se aproveitou da ingenuidade das pessoas e passou toda a terra para seu nome.

Esse estabelecimento chegou a passar para duas gerações dessa família, mas ao chegar à terceira geração o estabelecimento foi dividido e vendido separadamente dando origem a dois novos estabelecimentos.

Nos anos 70 foi o auge da produção de café. Nesta década a comunidade possuía o maior número de famílias, cerca de 90 famílias. As famílias também trabalhavam com feijão e algodão e outros alimentos para a subsistência (milho, arroz, mandioca, amendoim) e alimentação dos animais.

Já na década de 80 residiam na comunidade aproximadamente 70 famílias, a maior parte das famílias que deixavam o local migraram para Rondônia e Mato Grosso. A produção na comunidade continuava sendo os mesmos gêneros, porém teve um crescimento no número de propriedades que produziam algodão.

Já nos anos 90, a comunidade possuía 52 famílias, entretanto, nessa década, um número grande de famílias migrou para as cidades. Muitas delas migraram para o estado de São Paulo, porém esse número de famílias não oscilou muito, pois outras famílias se mudaram para a comunidade. Nessa década, o auge da produção foi o algodão, porém também tinha um número grande de famílias que trabalhavam com a produção de mandioca e uma pequena produção de soja começava.

Nos anos 2000 começa na comunidade a produção de leite, pois diferentemente das outras produções, que a renda era por safra, o leite possibilitava uma renda mensal. Nessa mesma década começou a crescer na comunidade a produção de grãos (soja, trigo e milho) e com o crescimento da produção de grãos houve um aumento do uso de tecnologias, particularmente de máquinas e implementos agrícolas. A partir dos anos 2000 o número de famílias da comunidade foi diminuindo.

Atualmente a comunidade Gleba Dez possui 24 estabelecimentos e 19 famílias, 85% das famílias tem sua renda obtida direta ou indiretamente através da produção de grãos (soja, milho e trigo). Algumas propriedades possuem mais de uma família residindo no mesmo imóvel e em outras não há ninguém - são arrendadas ou os proprietários de outras cidades realizam o cultivo.

O quadro a seguir mostra alguns dados obtidos na comunidade Gleba Dez.

Estabelecimento	Nº Família	Nº pessoas	Nº de jovens (18-29 anos)	Área (ha)	Atividades Econômicas	Pessoas com mais de 60 anos
1	1	3	0	24	Grãos	2
2	2	9	2	14	Leite/ Arrendamento	3
3	1	2	0	31	Grãos	1
4	1	2	1	7	Leite	0
5	1	5	0	7	Frutas	0
6	1	3	0	4	Mandioca	1
7	2	8	1	77	Grãos	2
8	1	2	0	6	Arrendamento	2
9	2	5	1	24	Arrendamento	2
10	1	2	0	3	Grãos	0
11	1	7	1	15	Leite	1
12	1	2	0	4	Leite	0
13	1	5	2	169	Grãos	0
14	0	0	0	242	Grãos	0
15	0	0	0	96	Grãos	0
16	0	0	0	35	Grãos	0
17	0	0	0	72	Arrendamento	0
18	0	0	0	12	Arrendamento	0
19	0	0	0	12	Arrendamento	0
20	0	0	0	29	Grãos	0
21	0	0	0	7	Arrendamento	0
22	1	4	0	484	Grãos	0
23	2	7	0	242	Grãos	0
24	0	0	0	29	Grãos	0

Quadro 08: Número de famílias, área e produção agrícola nos imóveis rurais da Comunidade Gleba Dez, em Moreira Sales – PR, em 2018.

Fonte: Apresentações realizadas em reuniões da comunidade em 2018.

*Todos os estabelecimentos arrendados são para a produção de grãos (soja, milho e trigo).

Para melhor compreensão será realizada uma análise dos dados acima em duas partes. Inicialmente analisaremos os treze primeiros estabelecimentos que são de pessoas que residem na comunidade, que obtêm parcialmente ou totalmente sua renda de dentro do estabelecimento. Dessa forma podemos observar que 54% dos estabelecimentos pertencem a pessoas que residem na comunidade. Entretanto, a comunidade possui uma área total de 1.646 hectares e desta área apenas 23% das terras da comunidade são de pessoas que residem nela. São produtores de grãos, porém também há famílias que trabalham na produção de leite, frutas e mandioca.

Os onze últimos estabelecimentos são de proprietários que não residem na comunidade. Eles respondem por 46% dos estabelecimentos, mas juntos controlam 77% de área de terra da comunidade, de forma que a maior parte das terras da comunidade está nas mãos de pessoas que não residem nela, e todos esses estabelecimentos trabalham com produção de grãos, até mesmo os que arrendam terras.

Em relação ao quadro acima ainda podemos ver que alguns estabelecimentos possuem grande área de terra, segundo os padrões da região. Isso não ocorre somente na comunidade, mas em todo o município de Moreira Sales. Isso se deve ao fato de grandes proprietários irem comprando as propriedades menores no entorno da sua, de forma que o número de famílias na comunidade vem caindo. Todas as famílias que residem na comunidade têm na propriedade produção de alimentos para subsistência, como hortaliças, leite, suínos, aves, frutas, feijão.

A comunidade atualmente é composta na maior parte por pessoas com mais de 30 anos e 45% das famílias tem algum membro com mais de 60 anos de idade que são aposentados. Entretanto, a renda dessas famílias não é somente da aposentadoria.

Os números abaixo demonstram que há na comunidade um número muito pequeno de jovens. Alguns desses jovens que ainda moram na comunidade são menores de idade e alguns relatam que ao completar 18 anos irão embora em busca de novas oportunidades, que no momento o campo não está oferecendo.

O quadro a seguir mostra alguns dados sobre os jovens que vivem na comunidade.

Família	Nº de jovens (18-29 anos)	Jovens que trabalham na propriedade	Jovens que trabalham na propriedade e tem sua própria atividade como fonte de renda	Jovens que trabalham na propriedade em tempo parcial	Jovens que somente moram na comunidade
1	0	0	0	0	0
2	2	1	0	1	1
3	0	0	0	0	0
4	1	1	1	0	0
5	0	0	0	0	0
6	0	0	0	0	0
7	1	1	1	0	0
8	0	0	0	0	0
9	1	0	0	0	0
10	0	0	0	0	0
11	1	0	0	0	0
12	0	0	0	0	0
13	2	1	1	0	1
14	0	0	0	0	0
15	0	0	0	0	0
16	0	0	0	0	0
17	0	0	0	0	0
18	0	0	0	0	0
19	0	0	0	0	0
Total	8	4	3	1	2

Quadro 09: Atividades realizadas pelos jovens da comunidade Gleba Dez.

Fonte: Apresentações realizadas em reuniões da comunidade em 2018.

Nos dias atuais, na comunidade Gleba Dez, das 19 famílias que residem na comunidade apenas cinco famílias possuem jovens entre 18 e 29 anos.

Desses oito jovens que residem na comunidade apenas três trabalham e já tem sua fonte de renda própria. Um jovem está começando um projeto produtivo e três jovens somente residem e estudam em outro município e o último jovem apenas mora na comunidade, pois optou em ficar próximo da família.

Na comunidade muitas famílias não tem uma preocupação de qual será o futuro da propriedade. Desejam que os filhos busquem novas oportunidades nas cidades, pois para eles no campo não as oferece. Por outro lado, uma pequena parte dos pais apoiam os filhos a ficarem no campo, oferecendo condições e incentivando os jovens na implantação de novos projetos ou melhorando os que já possuem.

4. Considerações Finais

As comunidades estudadas possuem história e estrutura fundiária distintas. A Linha Jacutinga resulta da ocupação realizada por pequenos posseiros que se envolveram em uma disputa pela área com uma grande companhia de terra e posteriormente se tornaram pequenos proprietários. A Gleba Dez resultou da venda de terras a pequenos e grandes proprietários de terra por uma empresa ligada a um grande banco brasileiro. Nos anos 40 e 50, no Paraná, o governo do estado cedeu terras para grandes companhias que ou utilizaram para a exploração da floresta e o posterior cultivo ou para a venda a futuros agricultores, quase sempre resultando em conflitos com posseiros que nelas residiam, de forma que este fato liga a história de ambas as comunidades – a linha Jacutinga e a Gleba Dez.

Conforme destacado ao longo do trabalho, os fatores estruturais devem ser levados em consideração, não somente aqueles de caráter cultural, o que é muito comum nas análises sobre o tema. A redução na necessidade de trabalho vivo na agricultura, por meio da mecanização, o aumento da necessidade mínima de capital para que os jovens desenvolvam uma nova atividade econômica e a pouca terra, além da falta de autonomia, são os fatores que mais influenciam na migração dos jovens do campo para as cidades.

Outro aspecto bastante relatado pelos pais é que no campo não se tem oportunidades como no meio urbano e que o serviço é árduo, também que no campo não se tem feriado, a jornada de trabalho é maior (isso acontece principalmente com as famílias que trabalham com a produção leiteira), de forma os pais acabam incentivando os filhos a deixarem o campo em busca de melhores oportunidades. Em contrapartida a esses relatos outros afirmam que o campo melhorou muito, pois atualmente se tem o acesso aos mesmos bens de consumo do que nas cidades (acesso a internet, celular, lazer).

O trabalho no campo passou a ser cada vez mais mecanizado, o que é um aspecto importante para a permanência dos jovens. Por este motivo, as perspectivas funcionalistas não dão conta de explicar o problema, já que consideram o campo em oposição à cidade e não levam em conta a historicidade, ou seja, as mudanças nos diversos âmbitos da vida social, de

forma que existem diversas classes sociais no campo e que este não é estático, mas ao contrário, encontra-se em constante mudança.

Este trabalho parte do pressuposto que condições materiais são fundamentais à compreensão do processo de sucessão familiar na agricultura como: a) o domínio do capital financeiro, que impõe o ritmo de desenvolvimento da mecanização e hora constitui e hora dissolve atividades econômicas até então existentes em um determinado lugar, bem como eleva a necessidade mínima de capital para ingressar ou permanecer em uma atividade agrícola; b) a estrutura fundiária, ou seja, o acesso à terra, bastante precário para grande parcela dos jovens que residem no campo no Brasil e que, cuja área mínima passa a se elevar em função do aumento do grau de mecanização, principalmente na produção de grãos.

Referências Bibliográficas

ABRAMOVAY, R.; FERRARI, D. L.; SILVESTRO, M. L.; CORTINA, N.; TESTA, V. M.; BALDISSERA, I.T. *Sucessão Profissional e Transferência Hereditária na Agricultura Familiar*. In: Congresso Mundial de Sociologia Rural, Rio de Janeiro, 2000.

CARA, Claudia. A. *Estrutura fundiária e modernização da agricultura do município de Dois Vizinhos, Paraná*. Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Dissertação de Mestrado em Geografia. Francisco Beltrão, 2012.

CONAB. *Observatório agrícola acompanhamento da safra brasileira grãos*. V.5- Safra 2017/2018- N.5- Quinto levantamento/ Fevereiro de 2018.

EMBRAPA. *Dados econômicos da soja*. Disponível em Embrapa soja: <<https://www.embrapa.br/soja/cultivos/soja1/dados-economicos>>. Acesso em: 05 de Outubro de 2018.

GRUPO BOM FUTURO. *Grupo Bom Futuro*. Disponível em: www.bomfuturo.com.br. Acesso em: 29 de Setembro de 2018.

IBGE. *Censo Agropecuário - resultados preliminares*. Brasília, 2018.

LEITE, Natália. O. *Sucessão rural: o futuro das pequenas propriedades na comunidade na comunidade Linha Jacutinga do município de Dois Vizinhos, Paraná*. IFC: Abelardo Luz, 2017.

LENIN, Vladimir. *Imperialismo, estágio superior do Capitalismo*. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

MARTINS, José S. *Introdução crítica à sociologia rural*. São Paulo: Hucitec, 1981.

MEDEIROS, Marlon C. *As bases teóricas para a interpretação do papel do capital financeiro na agricultura*. Artigo apresentado para a promoção à classe de professor ajunto. Unioeste: Unioeste, 2017.

NUNES, Sidemar P. *Imperialismo, questão agrária e luta de classes*. In: V. E. Campo, Caderno de textos do V Encontro Nacional das Licenciaturas em Educação do Campo (pp. 50-62). Laranjeiras do Sul, 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MOREIRA SALES. *História do município de Moreira Sales*. Disponível em: <http://www.moreirasales.pr.gov.br/historia/>. Acesso em 10 jul. 2018.

SILVA, José G. *A Industrialização e urbanização da agricultura brasileira*. São Paulo em Perspectiva: jul/set 1993. Disponível em: http://produtos.seade.gov.br/produtos/spp/v07n03/v07n03_01.pdf. Acesso em: 03 out. 2018.

SOROKIN, P. A.; ZIMMERMAN, C. C.; GALPIN, C. J. *Diferenças fundamentais entre o mundo rural e o urbano*. In: MARTINS, José S. Introdução crítica à sociologia rural. São Paulo: Hucitec, 1981. p. 198-224.

VORPAGEL, E. K. *Revolta dos Posseiros no Sudoeste do Paraná*. Disponível em: http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/producoes_pde/artigo_edvino_knasel_vorpapel.pdf. Acesso em: 03 de out. 2018.

VITALLI, Stefania.; GLATTFELDER, James; BATTISTON, Stephano. *The Network of global control*. Plos One, outubro de 2011. Disponível em: <http://journals.plos.org/plosone/article?id=10.1371/journal.pone.0025995>. Acesso em 08 ago. 2015.